

CHINA: UTOPIA OU DISTOPIA? INTERPRETAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DA MATÉRIA CHINESA NA LITERATURA GEOGRÁFICA IBÉRICA DO SÉCULO XVI

Francisco Roque de Oliveira
Universidade de Lisboa
f.oliveira@campus.ul.pt

China: utopia ou distopia? Interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI (Resumo)

O moderno saber geográfico europeu sobre a China assentou numa extensa série de fontes – essencialmente ibéricas – coligidas a partir do início do século XVI, que substituíram as ideias muito lacunares e idealizadas produzidas durante a Idade Média tardia sobre a Ásia oriental. Boa parte da exegese contemporânea que se tem debruçado sobre este o *corpus* noticioso discute a existência de um denominador comum na forma como aí se captou a alteridade chinesa. Uma das interpretações mais divulgadas é aquela que entende que as informações de raiz portuguesa – mas também espanhola – sobre a China desde cedo se fixaram em verdadeiros *topoi* do país perfeito, traduzindo uma visão utópica ou maravilhosa do país, presa ao longo de décadas à herança de Marco Polo, e prenunciando o «mito chinês» glosado pelas Luzes. Analisaremos os principais argumentos desta interpretação, assim como as contradições que têm sido apontadas a esta qualidade de generalizações, denunciando a fragilidade da tese da «utopia chinesa» ao jeito do cânone desenvolvido pelas Utopias maiores do Renascimento, como as de Thomas More e Tommaso Campanella.

Palavras-chave : China, Utopia, descrições geográficas, Península Ibérica, Século XVI

China: utopia or dystopia? Interpretations on the treatment of Chinese matters in the Iberian geographical literature of the sixteenth century (Abstract)

The modern European geographic knowledge about China was based on an extensive range of sources – mainly Iberian – collected from the beginning of the sixteenth century, which replaced the very lacunar and idealized ideas produced during the late Middle Ages on East Asia. Much of the contemporary exegesis on this informative *corpus* discusses the existence of a common denominator in the way the Chinese otherness was perceived. One of the most widespread interpretations is the one that understands that the Portuguese sources of information – but also Spanish – on China established from the beginning the *topoi* of the perfect country, reflecting an utopian or wonderful view of the country, held for decades to the inheritance of Marco Polo, and foreshadowing the "Chinese myth" glossed by the

Enlightenment. We will analyze the main arguments of this interpretation, as well as the contradictions that have been pointed to such generalizations, denouncing the fragility of the "Chinese utopia" thesis when confronted with the most important Renaissance Utopias, such as those of Thomas More and Tommaso Campanella.

Keywords: China, Utopia, Geographical descriptions, Iberian Peninsula, 16th Century

Quase no final prólogo da III *Década da Ásia* de João de Barros, publicada em Lisboa no ano de 1563, surge uma das primeiras referências textuais explícitas à *Utopia* de Thomas More de que há registo em Portugal. Empenhado em justificar a valia educativa da ficção histórica ou literária, este que foi o príncipe dos historiadores portugueses do século XVI identifica na obra moderna de More a mesma «liçam das fabulas» que haviam dado prosas antigas como a de Homero¹. Explica Barros que, tal como Macróbio dissera que Homero fora a «fonte & origem de todolas diuinas inuensões, porque deu a entender a verdade aos sapientes debaixo de huma nuuem de fiçã poética», também Thomas More usara o argumento fingido da sua *Utopia* profana para «doctrinar os Ingleses como se auia de governar»². O ensinamento replicava-se na *Ciropedia* de Xenofonte, que doutrinara um rei na forma de melhor governar o seu reino, ou no *Burro de Ouro* de Apuleio, cujo discurso «mostra quam brutos animaes sam os homens que andam occupados & enuoltos em vicios, & fora delles ficã racionaes em vida»³. Rematava assim o cronista da *Ásia* portuguesa: em vez do «argumento descoberto & graue» ao modo de Platão e Aristóteles, que as gentes recebiam com fastio, os escritores que praticavam este género de prosa haviam aprendido como «dar na duçura da fabula o leite da doctrina» – e, ágeis, logo os leitores que liam tais escrituras «lançauam a casca do argumento fora, & gostauam do fructo da interior erudiçam»⁴.

No mesmo ano em que a *Década III* de Barros saiu dos prelos lisboetas de João de Barreira, o moralista e exegeta bíblico Heitor Pinto fez publicar em Coimbra a primeira parte de *A Imagem da Vida Cristã*, título que nos anos seguintes conhecerá ampla ressonância na Europa do sul. Por coincidência – ou nem tanto assim – descobrimos neste exemplo de prosa doutrinária religiosa a segunda e, aparentemente, última referência explícita ao conteúdo da *Utopia* de Thomas More de que há registo na literatura portuguesa de Quinhentos. Vem incluída no capítulo IV do diálogo dedicado à Justiça, numa passagem em que o autor enumera exemplos que retomaram a melhor república que Platão imaginara, «a qual nunca foy, nem ha de ser»: entre os antigos, Xenofonte e o perfeito príncipe pintado na *Ciropedia*, ou Cícero, quando descreveu um perfeito orador, como «nunca ouue, nem auerã»; na época moderna, os casos equivalentes de Baldassare Castiglione, com o seu *Il Cortegiano*, e Thomas More, conde de Inglaterra, «no liuro da cidade, que hi ã há»⁵.

A atestar a popularidade deste livro de Heitor Pinto na Espanha do seu tempo, encontramos uma transcrição quase literal destes exemplos encadeados que apontam para um mirífico ideal de justiça no prólogo «Al lector» da *Cronica de el cardenal don Juan de Tavera* de Pedro Salazar de Mendoza (1603)⁶. Já no que respeita a Portugal, a *Utopia* de More voltará apenas a

¹ Barros, 1563, «Prologo» p. 6.

² Barros, 1563, «Prologo» p. 6.

³ Barros, 1563, «Prologo» p. 6.

⁴ Barros, 1563, «Prologo» p. 7.

⁵ Pinto, 1563, p. 178-179.

⁶ Salazar de Mendoza, 1603, «Al lector» p. 1; Martins, 2006, p. 77-79.

ser citada nos anos seguintes nos «Índices» da Inquisição de 1581 e 1624 – neste último caso, estendendo a proibição que já vinha de 1581 à tradução quase integral do Livro II da *Utopia* inserta no tratado *Del governo e amministrazione di diversi regni e repubbliche* de Francesco Sansovino, a vários fragmentos da edição de Basileia das *Lucubrationes* (1563) e da edição de Lovaina dos *Omnia Latina Opera* (1666), para além de algumas cartas de Thomas More a Erasmo. Lendo esses expurgos censórios à obra de More, verifica-se que somente se salvam os seus textos espirituais e as suas invectivas contra Lutero, porque conformes à ortodoxia romana⁷.

Esta breve digressão pelo eco literário da *Utopia* moriana em Portugal importa-nos por dar a ver a forma como o conteúdo deste livro foi então compreendido por aquilo que realmente aí está: uma ficção literária habitada por uma comunidade que vive segundo a ordem natural e racional – *secundum naturam et rationem* –, essencialmente cristã ainda que não o sendo na prática – *anima naturaliter christiana* – e, sobretudo, capaz de interpelar os governos do Ocidente com um modelo de Estado que More sabiamente enraizou alhures nos mares da Ásia, fora dos limites do mundo conhecido⁸. Ao leitor não é ensinado – porque não pode ser – o roteiro para aí chegar, mas o texto está povoado por um sem-número de referências concretas e familiares, trazidas do noticiário das descobertas oceânicas de Portugal a que a Europa entretanto acedera por via de colectâneas como os *Paesi novamente ritrovati* de Fracanzio da Montalbodo (Vicenza, 1507) e cujos relatos More deverá ter lido na versão latina intitulada *Itinerarium Portugalsium* (Milão, 1508)⁹. Rafael Hitlodeu, o marinheiro-filósofo português que More concebeu como única testemunha sobre o país da Utopia, é apenas mais uma circunstância de escrita que sublinha a eficácia da metáfora a partir daquela que, aparentemente, seria a mais insuspeita das fontes: um andarilho falador, improvisando com «descuidada simplicidade»¹⁰ a quem teve a sorte de o ouvir a narração da sua formidável viagem a uma cidade inexistente, como bem resumiram João de Barros e Heitor Pinto.

China, esboço de uma utopia

Num breve ensaio de finais da década de 1970 que continua sendo citado, João Medina chamou a título a própria conclusão do texto que se seguia: «Não há Utopias Portuguesas». Medina sublinha aí o seguinte paradoxo: apesar de Portugal ter fornecido como que a matéria factual da *Utopia*, correspondente às inúmeras fontes que fixaram a reportagem dos descobrimentos ultramarinos e o primeiro registo moderno dos espaços africanos, americanos e asiáticos apreendidos pelos europeus, não se descortina em toda a literatura de viagens quinhentista de assinatura portuguesa qualquer produto equivalente às geografias imaginárias forjadas em Inglaterra, França ou Itália pela pena de homens como Thomas More, Rabelais ou Campanella¹¹. Mais do que preocupado em indagar o porquê desta aparente lacuna, Medina insiste em demonstrá-la, acrescentando ser esta uma marca até certo ponto idêntica àquela que se distingue nos émulos castelhanos da época – neste caso, uma circunstância apenas mitigada pela importância adquirida pela utopia individual de feição *mística*, assim como pelas designadas «utopias da praxis», v.g. as *reducciones* jesuíticas do Paraguai¹².

⁷ Martins, 2006, p. 81-88; Malato, 2014, p. 46-47.

⁸ Morus, 2006 1518, p. 357. Ver *inter alia* Morente, 1984, p. 13-20; Bose, 1997, p. VII-XIV.

⁹ Martins, 2006, p. 15-18, 43-44, 60-68.

¹⁰ Morus, 2006 1518, p. 374-377.

¹¹ Medina, 1978-1979, p. 163-166. Ver Fernández Herrero, 1992, p. 243 segs.

¹² Medina, 1978-1979, p. 164-166.

Expresso sobretudo em títulos publicados nas décadas de 1950 e 1960, o certo é que alguma da mais influente análise da literatura portuguesa do século XVI acabara de municiar leituras em grande medida discordantes em relação àquilo que João Medina afirmaria de modo tão taxativo nesse seu conhecido artigo de 1978-1979. Foi o caso de Jaime Cortesão, quando explorou as ligações existentes entre a literatura de viagens portuguesa e a formação do espírito filosófico do século XVIII, recorrendo para o efeito à ideia de «humanismo crítico»¹³. Fernão Mendes Pinto funcionou como seu exemplo de eleição, ora a partir do que deixou escrito na *Peregrinação* – livro publicado em 1614, mas composto entre *c.* 1569 e *c.* 1580¹⁴ –, ora a partir de algumas das suas cartas e de uma importante relação anónima de 1554 sobre os costumes e leis da China que lhe vinha sendo atribuída desde o século XIX¹⁵.

Como neste último caso, o motivo que ampara as conclusões de Jaime Cortesão nesse seu ensaio prende-se com a forma de tratamento do objecto chinês – mas também do tártaro, do persa ou do japonês –, o qual, manipulado por Mendes Pinto, entrança realidade histórica e ficção literária e alegadamente se vai moldando na forma de uma ficção crítica indirecta a Portugal e à Europa, que anuncia a apologia do modelo chinês cara a Leibniz e a Voltaire e as sociedades ideais imaginadas pelos utopistas¹⁶. Conclui Cortesão: «Este pensamento, tão firmemente enunciado, de que o chinês, possuidor duma cultura e duma ética superior à do Ocidente, era irreduzível ao cristianismo, representa um conceito heterodoxo no mais alto grau, contém o germe do *deísmo*, e é desde logo uma das mais arrojadas expressões do humanismo universalista, atingida por um português»¹⁷.

Como se disse, Jaime Cortesão não esteve sozinho na divulgação de uma leitura capaz de vislumbrar numa sequência de fontes portuguesas do século XVI sobre a China os principais caracteres do chinês «tácitamente definidos por contraste», resultando na identificação das suas leis e costumes como uma sociedade avançada e liberal, tutelada pela pura meritocracia e na qual a religião «se reduz a um sentimento do foro íntimo, puro acto da consciência, que não se impõe ao próximo»¹⁸. Desde logo, outro tanto o fez António José Saraiva num estudo focado na vida e obra de Fernão Mendes Pinto¹⁹. Aí, todos os caminhos confluem no texto da *Peregrinação* e, uma vez mais, na implícita «crítica pelo exótico» pretensamente confiada pelo escritor a certas personagens orientais presentes na narrativa. Seguindo uma linha interpretativa muito próxima daquela que colhemos em Cortesão, Saraiva traça um divisor de águas entre os conteúdos informativos e os elementos imaginários do texto da *Peregrinação*, sendo que, para si, o que estes últimos nos ensinam «tende a ser uma utopia»²⁰. Também uma vez mais, o pretexto chinês institui-se como o instrumento superlativo para visar o universo familiar: «Este aproveitamento do exótico lembra, por um lado, o género das utopias característico do Renascimento. Fernão Mendes Pinto aproveitou a China, país então fabuloso e desconhecido, para traçar o esboço de um Estado ideal, assim como Tomás Morus, a partir de vagas informações sobre as viagens dos Portugueses, fantasiou uma ilha desconhecida com um regime que se opõe, pela sua racionalidade, ao dos Estados da Europa; e, como Francisco

¹³ Cortesão, 1965, p. 119-192.

¹⁴ Oliveira, 2007, p. 235.

¹⁵ Castilho, 1865, p. 234-237; d'Intino, 1989, p. 65-66; Loureiro, 2000, p. 515-524; Oliveira, 2003, p. 616-629.

¹⁶ Cortesão, 1965, p. 121. Ver Étiemble, 1989, p. 205 segs.

¹⁷ Cortesão, 1965, p. 142. Cf. Lourenço, 1989, 1058-1060.

¹⁸ Cortesão, 1965, p. 140-141.

¹⁹ Saraiva, 1958, p. 7-53.

²⁰ Saraiva, 1958, p. 24.

Bacon, imaginou a Nova Atlântida justamente no Extremo Oriente, entre a China e o Japão»²¹.

Como um mundo às avessas

O tema específico da utopia chinesa que vemos desenhar-se paulatinamente nesta série de ensaios interpretativos sobre as fontes portuguesas do século XVI relativas aos descobrimentos e à expansão, tendo por vértice a *Peregrinação* de Mendes Pinto, é retomado por Joaquim Mendes de Carvalho numa releitura da mesma obra, que explica tratar-se «duma montagem quase imaginária dum quase paraíso no império dos mandarins, a partir dum ‘dizem que disse’»²². Muito próximo dos argumentos de António José Saraiva, também Álvaro Manuel Machado, por exemplo, sublinha a intencionalidade de Mendes Pinto em dar lições ao mundo ocidental por interposta revelação da riqueza natural, da arte de governar ou do urbanismo chineses, conformando «um mundo utópico» não apenas análogo ao que está na *Utopia* de More, como precursor «de um orientalismo descritivo que será moda literária no século XIX»²³. Seja como for, dever-se-á a Raffaella d’Intino a mais ambiciosa proposta desenhada à sombra do mesmo conceito interpretativo da matéria informativa quinhentista sobre a China de raiz ou matriz portuguesa. Surgiu expressa num par de ensaios equivalentes alusivos à «utopia chinesa» de Fernão Mendes Pinto²⁴, mas depressa ganhou estatuto de tese geral sobre o *corpus* consagrado a essa parcela da Ásia e redigido com base em experiências ou informações obtidas no terreno. Trata-se da leitura crítica que acompanha a colectânea *Enformação das cousas da China*, numa alusão explícita ao paradigmático *Tratado das coisas da China* (1569-1570) de Gaspar da Cruz, primeiro moderno título europeu dedicado em exclusivo à descrição deste objecto geográfico e, em simultâneo, o último texto incluído nessa antologia²⁵.

Será útil referir que Raffaella d’Intino tomou como ponto de partida para esta antologia anotada de fontes relativas aos primeiros contactos dos portugueses com a China uma série de estudos parcelares sobre alguns destes mesmos documentos publicados desde o início do século XX por investigadores como Donald Ferguson, Ernst Arthur Voretzsch, T’ien-tsê Chang (Tianze Zhang), Albert Kammerer, George Le Gentil, José Maria Braga ou Georg Schurhammer. Como não poderia deixar de ser, não esqueceu também aqueles que até essa data seriam os três investigadores que mais extensamente haviam trabalhado a produção e a circulação de notícias sobre a China na Europa moderna: Armando de Cortesão – que editara a *Suma Oriental* de Tomé Pires em 1944 –, Charles R. Boxer – que reuniu e analisou em *South China in the Sixteenth Century*, colectânea de 1953, as narrativas de Galiote Pereira, Gaspar da Cruz e Martín de Rada – e Donald F. Lach, com os sucessivos volumes de *Asia in the Making of Europe*, publicados a partir de 1965 e entretanto condensados em edições parcelares, como *China in the eyes of Europe. The Sixteenth Century* (1968)²⁶.

Em qualquer caso, a filóloga italiana chamou a si a responsabilidade pela elaboração da principal tese que distingue a sua própria colectânea da generalidade desses trabalhos anteriores: a de que a China recuperada das fontes ou dos circuitos portugueses de

²¹ Saraiva, 1958, p. 29. Ver também Saraiva & Lopes, 1979, p. 308-311.

²² Carvalho, 1978, p. 182.

²³ Machado, 1983, p. 46-50. Ver também Catz, 1989a, p. XLII-XLIII; Catz, 1989b, p. 1045-1046; Seabra, 1989, p. 1073-1074.

²⁴ d’Intino, 1988; d’Intino, 1991.

²⁵ d’Intino, 1989.

²⁶ Oliveira, 2012, p. 499-501.

comunicação noticiosa correspondeu a uma visão utópica e maravilhosa do país, a qual parece substituir a mitologia do Cataio medieval – uma referência erudita que não é de todo detectável na generalidade das fontes portuguesas do século XVI, como também lembra – pela ideia do reino-modelo da China²⁷. «Estas *Enformações da China*» – sintetiza d’Intino – «estão a par das maravilhas orientais dum João de Mandeville (que nunca viajou!) e das construções ideais de utopistas como Tomás Moro, Tommaso Campanella ou Francis Bacon (que usaram o expediente da viagem e do achamento do país desconhecido para separar o mundo real e o seu ideal de parte nenhuma), proporcionando a exaltação de uma sociedade superior e encaminhando o homem europeu para a sedução do modelo chinês. Sem serem fantasias ou construções utópicas *stritu sensu*, estes textos apresentam-se como resultado da pretensa observação directa da sociedade que descrevem: ‘enformações’ porque constituem respostas à cada vez maior curiosidade europeia relativamente a este país dos confins do mundo, mas também exaltação dos aspectos da realidade observada que mais atingiram os seus espíritos»²⁸.

É assim que abre espaço para alicerçar a tese de que as fontes portuguesas desde cedo encadearam uma série de ideias, fórmulas descritivas e expedientes literários que acabaram por confirmar, texto após texto, as supostas «maravilhas sociais» da China que os próprios leitores procuravam ver confirmadas num horizonte geográfico antitético ao seu: «as descrições da China na literatura portuguesa dos Descobrimentos do século XVI» – acrescenta Raffaella d’Intino – «satisfazem esta exigência, encarnando em imagens vivas os princípios que preformavam a sociedade chinesa alternativa. Como no texto utópico, a descrição do mundo alternativo constrói-se a partir do esquema do ‘mundo às avessas’ modelado por ideias-imagens – o material específico com que trabalha a imaginação utópica –, também nestas *Enformações da China* a ‘descoberta’ da nova sociedade se realiza na maioria das vezes numa visão do narrador que, expondo os princípios em que se baseia a sociedade chinesa, explora o jogo inerente às ideias-imagens»²⁹. Daí que estes autores enfatizem recorrentemente os *topoi* que caracterizariam o Império dos Ming, da riqueza à tolerância, da paz reinante ao bom governo, da igualdade à justiça ou à ausência de qualquer forma de corrupção³⁰.

Num caso apenas, remata Raffaella d’Intino, estaremos diante de um texto definido segundo os cânones estritos das utopias literárias, produto onde conflui e se reinventa de forma imaginosa todo o cabedal informativo precedente. Uma vez mais, tal texto seria a *Peregrinação* de Mendes Pinto, cuja realidade literária, salvo as devidas excepções, entende ser perfeitamente comparável à *Utopia* de More: «Enfim, no fim do século XVI, Fernão Mendes Pinto aproveita ao mesmo tempo a mítica imagem portuguesa da China, e a persistente falta de conhecimentos das «cousas» desta grande monarquia, para erguer o quadro duma sociedade cuja organização corresponde, em todos os pormenores, à de uma utopia renascentista, talvez a única da literatura portuguesa de Quinhentos»³¹.

A colectânea organizada por Raffaella d’Intino é preenchida por alguns dos textos mais representativos do pioneiro noticiário português sobre a China, tanto de origem mercantil como missionária. A maioria deles foi produzida na sequência de experiências mais ou menos prolongadas de cativo em distintas partes da China meridional, como é o caso das cartas de

²⁷ d’Intino, 1989, p. XXX-XXXI.

²⁸ d’Intino, 1989, p. XXXI-XXXII.

²⁹ d’Intino, 1989, p. XXXII-XXXIII.

³⁰ d’Intino, 1989, p. XXXII-XXXVIII.

³¹ d’Intino, 1989, p. XXXVI. Cf. d’Intino, 1978, p. 22-31.

Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1534-1536) – habitualmente identificadas como *Cartas dos cativos de Cantão* –, da referida relação anónima de 1554 que andou atribuída a Mendes Pinto, da *Enformação da China* de Amaro Pereira (1552), do *Tratado* de Galiote Pereira (1553-1565) e da carta que Afonso Ramiro remetera de Wuzhou aos mercadores portugueses abrigados em Lampacau (1555). A totalidade destas mesmas notícias correspondentes às décadas de 1540 e 1550 foi compendiada pelos agentes da Companhia de Jesus que operavam no âmbito do Padroado Português do Oriente, por regra conforme um protocolo de inquérito e escrita já definido na *Enformação da China* coligida por Francisco Xavier por volta de 1548, entretanto integrada num códice quinhentista intitulado *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão* e que também se encontra transcrita aqui. Como notámos, o importante *Tratado* do dominicano Gaspar da Cruz fecha esta sequência de testemunhos.

A circunstância do cativo que alimentou boa parte destas reportagens não deixou de influir na construção de retratos pouco ou nada idealizados da realidade chinesa, como desde logo sucedeu nas cartas de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo. Raffaella d’Intino não deixa de notar a aparente excepção, avisando a propósito que, com efeito, «não encontramos aqui imagens portadoras de princípios duma sociedade alternativa e muito poucos daqueles *topoi* que mais tarde serão imprescindíveis em outros autores»³². E se a primeira visão que os portugueses tiveram da China por interpostos cativos de Cantão não só não foi mítica, como também não se distinguia da dos outros países da Ásia – a China era, afinal, apenas quase mais um grande império muito rico, cuja conquista seria muito fácil de empreender pelos portugueses, como ingenuamente advogavam Vieira e Calvo –, páginas adiante chegará a vez de d’Intino ser confrontada com a descrição desencantada da China que Amaro Pereira confiou aos jesuítas em 1562, quando levava 14 anos de prisão e nenhuma experiência que mitigasse a sua certeza quanto à crueldade das penas, à brutalidade da vida prisional e à tirania reinante no Império Ming. Ora – e tal como no caso das cartas de Vieira e Calvo da década de 1530 –, a seu ver a imagem «disfórica e distópica» da China deixada por Amaro Pereira é apenas mais uma excepção pontual em relação à imagem da monarquia-modelo da Europa inteira que contaminaria as restantes *Enformações* da China agrupadas nesta colectânea³³.

«Não há utopia chinesa»

A simples possibilidade de se descortinar um qualificativo utópico na generalidade dos testemunhos portugueses sobre a China foi rejeitada por Vitorino Magalhães Godinho, precisamente a partir de uma leitura desta colectânea de Raffaella d’Intino e da tese que lhe vinha associada, a qual tinha raízes claras no modelo interpretativo que António José Saraiva propusera para a *Peregrinação* de Mendes Pinto, como Godinho então também notou³⁴. Sem sequer se prender com questões sensíveis como essa da justiça chinesa, que escapam às regras elementares das utopias e são desconformes com a tese da superioridade moral e social do país³⁵, Godinho começaria por defender ser impossível interpretar as concepções dos meios portugueses sobre o Celeste Império sem reunir um dossier mais completo, o qual incluísse, desde logo, os conteúdos relevantes da *Suma Oriental* (c. 1515) de Tomé Pires, da *Miscelânea* (1554) de Garcia de Resende, da *História da Índia* (1551-1561) Fernão Lopes de Castanheda (a começar pela descrição de Cantão integrada no livro IV desta obra, de 1553), e até do *Livro das cousas de Índia* (c. 1516) de Duarte Barbosa e de *Os Lusíadas* (1572) de

³² d’Intino, 1989, p. 5.

³³ d’Intino, 1989, p. 87.

³⁴ Godinho, 1990, p. 587.

³⁵ Ver Oliveira, 2003, p. 808.

Luís de Camões³⁶. Dito isso, sublinha que não se rastreiam nas navegações quatrocentistas portuguesas os consabidos mitos colombinos do Cataio e de Ofir-Cipango, tendo o *Livro de Marco Polo* sido apenas divulgado em Portugal em 1502, por via da tradução de Valentim Fernandes, num momento em que o horizonte dos «cristãos e especiarias» do Índico concentra o essencial do interesse noticioso, pelo que o relato de Niccolò de' Conti simultaneamente divulgado por Fernandes foi para o efeito bem mais útil que o de Marco Polo.

Daqui partem as principais ideias de Vitorino Magalhães Godinho a propósito da questão que nos prende. Em primeiro lugar, que o interesse português pela China apenas seria desperto pela instalação em Malaca (1511), promovendo então uma importante recolha de informações, «no geral rigorosas e precisas, abrangendo a complexidade dessa sociedade e civilização», com destaque para as características «de alto nível organizacional e cultural, dignas de admiração». Colhendo exemplos em Tomé Pires (sobre matéria mercantil), Garcia de Resende (nos encómios que fez à organização e riqueza da China) e na *Enformação da China* enviada a Francisco Xavier (sobre o sistema de estudos e a literatura médica chinesa), Godinho sublinha a seguir que as fontes portuguesas olham para a China «de maneira muito prática, com o olhar do mercador»; tais informações «nada têm que ver com a China mongólica de Polo e esse mundo mesclado de realidade e mito». Lembrando como «durante longos decénios a China não destronou o Turco como modelo», conforme se pode retirar da leitura das estâncias apropriadas na *Miscelânea* de Resende, remata dizendo: «Não há utopia na mais importante obra sobre a China e que a revelou ao mundo ocidental: a de frei Gaspar da Cruz. Aliás, a haver utopia, ligada à literatura medieval, o Japão deveria ser englobado – e não está. Apreciemos a precisão e o carácter realista das descrições contidas no *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, de meio de Quinhentos»³⁷.

É no domínio dos estudos literários que descortinamos uma maior disponibilidade para continuar a seguir de perto as propostas de Raffaella d'Intino entretanto contestadas pelo historiador Vitorino Magalhães Godinho, seja no que se reporta à presumível «utopia chinesa» da *Peregrinação* de Mendes Pinto, seja para um conjunto mais extenso de fontes portuguesas anteriores, onde se destacam as cartas de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo e os tratados de Galiote Pereira e Gaspar da Cruz: «Reino sonhado e possível, a China encontrada pelos Portugueses parece assim representada como a projecção de um imaginário social, mas também uma utopia de raiz cristã que encontra neste lugar a materialização da Terra Prometida onde corre 'leite e mel' e o fruto a todos por igual alimenta», sintetiza Ana Paula Laborinho, depois de ter defendido que por mais que os relatos de Pinto, Cruz e seus pares portugueses exponham o «claramente visto», para os leitores da época «estas descrições apresentavam-se como um infundável desenrolar de maravilhas e, por isso, os relatos da China, embora resultado de uma experiência vivida, foram muitas vezes entendidos como fábula ainda que já no sentido ficcional de mundo possível (utópico) onde a 'grandíssima ordem' administrativa permitia a regulação dos desmandos»³⁸.

Vindo do mesmo terreno disciplinar, e centrado na análise da obra de Fernão Mendes Pinto, Luís de Sousa Rebelo matizaria ainda assim ligeiramente esta interpretação ao reconhecer «o modo intermitente e fragmentário» como o discurso utópico aparece na *Peregrinação*, à medida que os acontecimentos vão sendo narrados, tendo «como seu lugar geométrico a China, ocasionalmente posta em paralelo com o Japão, no intuito de salientar atitudes

³⁶ Godinho, 1990, p. 585-586.

³⁷ Godinho, 1990, p. 586-587. Cf. Lestringant, 1991, p. 85-105.

³⁸ Laborinho, 1997, p. 180.

inesperadas da vida deste país perante a cultura ocidental»³⁹. Acrescenta a isso uma outra discrepância sensível entre a descrição de Pinto e a semântica específica das utopias, que complicará o pleno avistamento deste modelo no texto da *Peregrinação*: «Sociedade justa e de administração limpa, a China não deixa, por isso, de ser terra de gentios e bárbaros, porque nela grassam ideias e vigora uma liturgia que não são cristãs, e se tolera o pecado nefando (a homossexualidade) entre gente que, de outro modo, mostra particular disposição para aceitar a religião do Salvador». E conclui, sempre circunscrito ao texto de Mendes Pinto: «A China é, assim, terra de ilusão e desilusão; incerteza até nas cousas do trato, do comércio, onde tantas vezes a fortuna de um dia se volve na ruína e no infortúnio do outro. À utopia sucede a distopia»⁴⁰.

Discutindo as características do imaginário quinhentista português e, em especial, a retórica do monstruoso em textos como a *Peregrinação*, João Carlos Carvalho segue a mesma pista da falta/falha religiosa dos chineses descritos por Fernão Mendes Pinto para sublinhar que, à parte constituir uma estratégia deliberada de promoção «imperialista» do proselitismo católico, tal objectivamente prefigurarão «uma prega rugosa na lisura da utopia da China»⁴¹. Em qualquer caso, este novo relativo desacerto interpretativo com leituras como a de Raffaella d'Intino não obstou a que o mesmo universo dos estudos literários continuasse a propor analogias entre a «admiração utópica da sociedade exemplar» correspondente à China de Mendes Pinto e o motivo literário protagonizado por Rafael Hitlodeu na ficção de More⁴². Ora, o facto é que entretanto fora dado competente seguimento às sugestões de pesquisa e à lição sobre a reportagem portuguesa do espaço sócio-político e civilizacional chinês avançadas por Vitorino Magalhães Godinho, assentes na necessidade de interpelar um conjunto mais amplo de descrições e informações. Neste campo, deve-se a Rui Manuel Loureiro o principal trabalho de recolha, edição e crítica das fontes portuguesas dedicadas ao Império do Meio. As suas principais conclusões corroborariam a intuição de Magalhães Godinho quanto à inexistência de uma dimensão utópica nos textos portugueses do século XVI sobre China, incluindo a *Peregrinação*.

O estudo da produção e circulação de notícias sobre a China obtidas nos meios portugueses da Ásia a partir do início do Quinhentos conduziu Rui Loureiro a promover edições modernizadas e anotadas de obras como as *Cartas dos cativos de Cantão*⁴³, o *Tratado de Galiote Pereira*⁴⁴, o colóquio dedicado à China incluído no diálogo latino *De Missione Lagatorum Iaponensium ad Romanam Curiam* (1590) dos jesuítas Duarte Sande e Alessandro Valignano⁴⁵, o manuscrito da *Suma Oriental* de Tomé Pires guardado na Biblioteca Nacional de Portugal⁴⁶ e o *Tratado de Gaspar da Cruz*⁴⁷, para além de uma extensa colectânea onde compilou textos alusivos ao primeiro século de existência de Macau⁴⁸. Por outro lado, desde

³⁹ Rebelo, 1993, p. 130.

⁴⁰ Rebelo, 1993, p. 136.

⁴¹ Carvalho, 2005, p. 130-131.

⁴² Moniz, 1992, p. 272-273. Ver também Moniz, 1999, p. 140-147; Seixo, 1999, p. 202; Trias Folch, 2003, p. 167-168.

⁴³ Loureiro, 1992a.

⁴⁴ Loureiro, 1992b.

⁴⁵ Loureiro, 1992c. Ver Oliveira, 2003, p. 989-1001.

⁴⁶ Loureiro, 1996a.

⁴⁷ Loureiro, 1997a.

⁴⁸ Loureiro, 1996b. Ver Oliveira, 2005, p. 91-92; Oliveira, 2008a, p. 47-48.

meados da década de 1980 que Loureiro tem ensaiado a síntese de alguns dos materiais aqui tratados, com destaque para a incontornável *Peregrinação* de Mendes Pinto⁴⁹.

Tais exercícios de síntese têm convergido num conjunto de conclusões nucleares sobre o «processo de conhecimento e de idealização crítica da realidade chinesa», o qual parece acelerar-se na segunda metade do século XVI, na sequência do incremento das viagens em direcção à China suscitadas pelo descobrimento da rota do Japão e pelo concomitante estabelecimento do entreposto português de Macau. Nas fontes desse período – tanto relatórios e informações manuscritas, como, sobretudo, as grandes obras de recapitulação histórica preparadas para um público mais vasto na segunda metade da centúria –, Loureiro detecta multiplicarem-se os elogios a esse que surge como «um dos maiores reinos que se sabe no mundo». Daí as extensas e apologéticas descrições da China que se podem ler nos *Comentários de Afonso de Albuquerque* (1557) de Brás de Albuquerque, na *Década III* de João de Barros, no *Tratados dos Descobrimentos* (1563) de António Galvão, nos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (1563) de Garcia de Orta ou na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (1566-1567) de Damião de Góis, culminando no *Tratado das coisas da China* de Gaspar da Cruz⁵⁰. Em todo o caso, sublinha, «nem por isso as descrições elogiosas da China se transformam noutras tantas utopias»⁵¹.

Uma vez mais, será a partir do enunciado da *Peregrinação* de Mendes Pinto que Rui Loureiro aprumará as suas reservas face à «leitura anacrónica» da utopia chinesa⁵². Também uma vez mais, o tratamento do tópico religioso impõem-se como a razão substantiva para esta recusa em identificar como utópica uma imagem ainda assim genericamente positiva, traduzida na «apologia das conquistas sociais, políticas, económicas e culturais da civilização sínica» – mas nunca da religião – e multiplicada nos relatórios, cartas, informações e tratados de autores portugueses que constituem o principal influxo informativo que alimenta o retrato da China criado por Mendes Pinto. Sobre o ponto específico das crenças dos chineses, insiste Loureiro, Mendes Pinto repetiu a mesma crítica aberta e o mesmo repúdio que se encontra nos textos dos seus contemporâneos. Assim sendo, «a realidade chinesa, vista de longe, das ‘faldas da região de Cantão’, gerava esta ilusão de sociedade ideal, que, por um mecanismo de observação analógica inevitável, era vantajosamente confrontada com as características menos positivas da sociedade portuguesa da época». Só que elogios não equivalem a utopias, como notámos que diz⁵³. Em vez disso, Mendes Pinto, «mesmo que alimentasse aspirações de reforma social ou moral, ao adoptar uma atitude positiva em relação à China estava apenas a integrar-se num movimento colectivo de opinião, partilhada por quase todos os autores portugueses que anteriormente se tinham debruçado sobre essa longínqua potência asiática»⁵⁴.

A «visão ibérica da China utópica»

Pertence à filóloga Lara Vilà uma das mais recentes leituras sobre o demorado processo de construção da imagem na China na Europa, conferindo os escritos mais representativos e ensaiando sínteses sobre a evolução dos respectivos modelos de representação ao longo do século XVI. Trata-se do estudo que introduz uma colectânea que reúne o *Discurso de la navegación a Oriente* (1577) de Bernardino de Escalante, o texto parcial da *Historia del gran*

⁴⁹ Loureiro, 1984-1985.

⁵⁰ Loureiro, 1997b, p. 165.

⁵¹ Loureiro, 2000, p. 666.

⁵² Loureiro, 2000, p. 673, n. 194.

⁵³ Oliveira, 2003, p. 666

⁵⁴ Oliveira, 2003, p. 666. Ver Loureiro, 1996c, p. 174; Loureiro, 2009a, p. 177.

reino de la China (1585) de Juan González de Mendoza e o texto integral da *Historia Oriental de las peregrinaciones de Fernán Méndez Pinto* (1620), correspondente à tradução da *Peregrinação* de Mendes Pinto feita por Francisco de Herrera Maldonado⁵⁵. Num ponto sintomaticamente intitulado «La visión española: la culminación de la visión ibérica de una China utópica», Vilà considera que estes três textos constituem, em simultâneo, o ponto de confluência e o patamar de divulgação em larga escala do vasto cabedal informativo sobre a China de procedência portuguesa, acrescentado que a imagem recuperada dessas mesmas fontes originais corresponde a «una visión utópica y maravillosa, cercana en su fascinación por lo oriental a la que se desprende de muchos de los textos medievales y del principio de la era moderna tras la larga estela del fabuloso Catay de Marco Polo»⁵⁶.

Apesar de reconhecer também que o saber transmitido pelas fontes portuguesas do século XVI assentara num conhecimento directo da China, Lara Vilà sustenta que as obras de Escalante e de González de Mendoza mais não tinham feito que fixar um paradigma ibérico de literatura do Oriente e do mundo chinês, o qual, com os seus resquícios de medievalidade, cedo cederia passo ao «paradigma más real y menos idealista» das fontes jesuíticas, progressivamente configurado ao longo das últimas décadas do século XVI em escritos como a *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* (1583) de Alessandro Valignano ou a própria história da missão da China de Matteo Ricci (1608-1610). Quanto à *Peregrinação* de Mendes Pinto, esta como que encerraria o exercício de síntese «más libresco o textual» oferecido por Escalante e González de Mendoza⁵⁷. Graças a todos aqueles passos em que este livro antepõe o relato imaginário e novelesco à exposição geográfica exacta saída da observação, o leitor reaproximar-se-ia, assim, da dita tradição ibérica das descrições da China: «el imperio celeste es aquí, tambien, una sociedad de carácter utópico, casi perfecta, abundante, ordenada y de costumbres exquisitas, que en mucho se asemeja a las fuentes ya tradicionales, sobre todo portuguesas, que posiblemente manejara el autor, y que, en última instancia, adeudan una imagen fantástica de China a la celeberrima obra de Marco Polo, que también está reflejada en la *Peregrinación*»⁵⁸.

A tese de Lara Vilà não apenas se filia num sentido interpretativo claramente devedor de uma autora como Raffaella d'Intino (que aparece citada no seu ensaio, ao contrário de António José Saraiva, por exemplo), como repõe uma arrumação das notícias quinhentistas sobre a China muito próxima daquela entretanto apresentada por outro investigador catalão, Manel Ollé⁵⁹. Tal é desde logo notório na clivagem proposta entre um paradigma «utópico» (ibérico) e um paradigma «realista» (jesuítico) e que corresponde a um dos principais parâmetros de ordenação que Ollé estabeleceu para os conteúdos chineses divulgados ao longo do século XVI a partir das incursões ibéricas na Ásia Oriental. E é-o também porque Ollé – na esteira de uma ideia que já fora de Raffaella d'Intino – advoga que a percepção europeia da China da segunda metade do século XVI continuou a ser basicamente devedora das percepções medievais da China mongol da dinastia Yuan, cristalizadas com imagens magnificentes e utópicas no *Il Milione* de Marco Polo: «En el caso de la imagen de China del período de la dinastía Ming forjada por los ibéricos del siglo XVI, este sustrato mítico pudo claramente incidir en la orientación áurea, hiperbólica y de matriz utópica de su percepción. La pervivencia del influjo latente de mitos paradisiacos, concretados en la supuesta localización extremooriental del Eldorado insular de Crise, Agir, Tarsis y Ofir o en la leyenda del

⁵⁵ Vilà, 2009.

⁵⁶ Vilà, 2009, p. LXV.

⁵⁷ Vilà, 2009, p. LXV.

⁵⁸ Vilà, 2009, p. LXXX-LXXXI.

⁵⁹ Ollé, 2000, p. 67-75; Ollé, 2007, p. 81-96; Ollé, 2008, p. 47-48. Ver também Vilà, 2013, p. 72-80.

riquíssimo reino del Preste Juan, así como la persistencia de la leyenda de la remota cristianización de Oriente por el apóstol Santo Tomás, explicarían en parte la mitificación que presenta la percepción de China en el siglo XVI»⁶⁰.

Se dúvidas houvesse quanto à influência contagiante dessa razão literária, Manel Ollé defende que a *Historia del gran reino de la China* de Juan González de Mendoza não apenas corporiza o «paradigma ibérico» de percepção da China, resultado da convergência entre fontes castelhanas e portuguesas, como proporciona «una imagen de China admirativa y de matriz utópica, que tiende a minimizar aspectos críticos o negativos aparecidos en sus fuentes». E completa: «China es en el libro de Mendoza un imperio de grandes dimensiones y riquezas, de larga historia y refinada cultura, de buen gobierno y de paz duradera, al que tan sólo le falta la cristianización para convertirse en un lugar a imitar»⁶¹. Em qualquer caso, nada que, no entender de Ollé, beliscasse o enunciado apologético de sentido utópico aí oferecido aos meios cultos europeus⁶².

Balanço e questões

Longe nos levaria a discussão sobre a exequibilidade prática de todas aquelas propostas de leitura do universo geográfico e civilizacional chinês do século XVI que reiteram que este enformou uma visão tópica-utópica do país em boa medida herdada de uma espécie de mito chinês consolidado durante séculos em torno do *Milione* de Marco Polo⁶³. Sobre isso, note-se apenas como tais propostas de leitura parecem colidir com o que a moderna análise de fontes tem ensinado sobre a eminente dimensão empírica da heterogénea literatura sobre a China acumulada nos meios portugueses e veiculada pelos seus circuitos de comunicação noticiosa ao longo do século XVI – o mesmo é dizer, sobre os problemas que se nos deparam sempre que pretendemos associar textos visceralmente desatentos a referências livrescas às prerrogativas do género utópico ou aos cânones dos *Mirabilia*⁶⁴.

Outra questão que se impõe ao ler algumas das sínteses que resenhámos prende-se com a viabilidade de demarcar os conteúdos chineses das fontes portuguesas não jesuíticas – e, de caminho, também os conteúdos chineses das fontes castelhanas do mesmo teor – e os conteúdos homólogos presentes nas histórias e crónicas da Companhia de Jesus de finais do século XVI. Também a discussão deste tema extravasa o âmbito desta análise, se bem que importe desde já notar como tal ideia parece difícil de conciliar com a profunda imbricação que se sabe existir entre a generalidade destes discursos, a qual desaconselha simplificações excessivas como essa assente na auto-suficiência informativa de uma categoria isolada de agentes de escrita⁶⁵.

Seja como for, ao longo desta resenha notámos sobretudo aquela que parece ser uma divergência de fundo condicionada pelo próprio campo disciplinar de origem do investigador que estuda as descrições geográficas da China produzidas nos distintos âmbitos ibéricos ao longo do século XVI. Se todos eles fixam no respectivo horizonte de análise o reconhecimento de algo equivalente à ilha de Utopia, à Cidade do Sol ou à Nova Atlântida nas páginas e nas referências – tantas vezes fragmentárias – que descrevem a Monarquia

⁶⁰ Ollé, 2007, p. 82.

⁶¹ Ollé, 2007, p. 96

⁶² Ollé, 2007, p. 94-96. Cf. Oliveira, 2008b, p. 384-388.

⁶³ Ver d'Intino, 1989, p. XVIII.

⁶⁴ Godinho, 1990, p. 585-587; Loureiro, 2000, p. 666-667; Oliveira, 2003, p. 808.

⁶⁵ Oliveira, 2012, p. 504.

chinesa, já as conclusões tendem a divergir segundo uma clivagem que alinha, de um lado, os especialistas dos estudos literários e, de outro, essencialmente os historiadores e os geógrafos históricos. Assim, enquanto os primeiros tenderão a ser mais permeáveis ao reconhecimento de retratos idílicos de uma China utópica – os quais, no limite, servem como estímulo para comparações críticas com o país do próprio narrador –, os segundos demonstram um muito maior cepticismo em assimilar descrições entusiásticas sobre a prosperidade ou a sociedade chinesa ao tratamento consciente – ou sequer inconsciente – das regras de escrita próprias do género utópico.

Os estudos de referência sobre a história literária do pensamento utópico há muito que notaram ser este um objecto de estudo essencialmente polissémico e multidisciplinar, circunstância esta que, em qualquer caso, também não dispensa a definição rigorosa e tanto quanto possível consensual a respeito desse mesmo objecto. Nesse sentido, talvez a aplicação de conceitos apesar de tudo ainda não demasiadamente estabilizados explique algumas das incompatibilidades entre as interpretações de uns e de outros: por exemplo, poderá ser que algumas dessas diferenças se diluam ensaiando uma distinção operativa entre *utopia* no sentido estrito e *visões utópicas* ou, tão-só, tendo bem presente a definição da utopia como género literário ou a distinção aparentemente redundante entre utopia e viagem imaginária⁶⁶.

Ao mesmo tempo que as leituras sobre as descrições da China no universo informativo ibérico de Quinhentos tendem a organizar-se de acordo com a linha de fissura que identificámos, foi-se dando corpo a uma aproximação entre os pioneiros testemunhos e registos portugueses desse espaço geográfico e as fontes produzidas a partir da fixação dos espanhóis nas Filipinas, em meados dos anos de 1560. Se para alguns autores a transição entre os retratos cedidos por estes dois conjuntos de fontes apenas evoluiu no sentido de uma maior densidade e rigor informativo – premissa válida tanto para fontes laicas como missionárias, designadamente jesuíticas⁶⁷ –, noutra categoria de autores vimos expressar-se uma proposta de leitura que contrapõe um «paradigma ibérico» de comunicação noticiosa sobre a China, de cunho utópico e poliano, a um paradigma mais objectivo e pragmático das fontes jesuíticas⁶⁸.

Muito longe nos levaria também a discussão sobre as implicações que decorrem deste último esquema de leitura, onde as lógicas nacionais parecem funcionar de modo antinómico em relação à lógica de ordem religiosa, proposta particularmente problemática para o tempo histórico em causa e para a geopolítica dos interesses que organizaram a recolha informativa e a propaganda editorial destes dados seleccionados sobre a China e a Ásia. Assim, retenha-se daqui apenas a impressão de estarmos diante de uma predisposição renovada para reconhecer todos os predicados da utopia em fontes onde não há registo de qualquer capacidade efabulatória.

Por uma vez, esta predisposição parece ser comum a autores que cruzam distintas disciplinas – sendo também verdade que por ora surge apenas reiterada no meio universitário espanhol. Em todo o caso, uma pergunta impõe-se aqui: como conciliar a presumível lição utópica do texto nuclear sobre a China correspondente ao capítulo VII do livro II da *Década III* de João de Barros, obrigatoriamente contido nesse generoso conjunto «ibérico» de fontes não jesuíticas, com a clarividência – e a distância – que o próprio Barros expressou no prólogo

⁶⁶ Macedo, 1993, p. 485; Fortunati, 1992, p. 5-6; Trousson, 1992, p. 13-28. Ver também Martorell Campos, 2015, p. 27-36, 87-92.

⁶⁷ Loureiro, 2009b, p. 130-131.

⁶⁸ Vilà, 2009, p. LXV.

dessa obra em relação ao significado literário e político da *Utopia* de More e que começámos por citar?

Bibliografia

Fontes

BARROS, João de. *Terceira decada da Asia de Ioam de Barros: Dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*. Lisboa: João de Barreira, 1563.

MORUS, Thomas. *Utopia*. Estudo introdutório por José V. de Pina Martins. Edição Facsimilada Basileia, Ioannes Froben, Novembro, 1518. Edição crítica, tradução e notas por Aires A. Nascimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

PINTO, Heitor. *Imagem da vida christam ordenada per dialogos como membros de sua composçam... compostos per frey Hector Pinto, frade Ieronimo*. Coimbra: João de Barreira, 1563.

SALAZAR DE MENDOZA, Pedro. *Chronico de el Cardenal Don Iuan Tavera por el doctor Pedro Salazar de Mendoza*. Toledo: Pedro Rodríguez, 1603.

Estudos

BOSE, Mishtooni. Introduction. In MORE, Sir Thomas. *Utopia*. Translated by Ralph Robinson. Ware, Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1997, p. VII-XIV.

CARVALHO, João Carlos. Da retórica como máquina de prodígios. In CARVALHO, João Carlos; CARVALHO, Ana Alexandra (eds.). *Retóricas*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, p. 85-159

CARVALHO, Joaquim Mendes de Carvalho. Relendo a *Peregrinação*. *Brotéria*, 1978, nº 107, p. 162-186.

CASTILHO, José Feliciano de. *Fernão Mendes Pinto– Excerptos seguidos de um ensaio sobre a sua Vida e Obras*. Rio de Janeiro: Liv. B. L. Garnier, 1865, Vol. 2.

CATZ, Rebecca. Introduction. In CATZ, Rebecca (ed.). *The Travels of Mendes Pinto*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1989a, p. XV-XLVI.

CATZ, Rebecca. Para uma compreensão da *Peregrinação*. In PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação & Cartas*. Lisboa: Fernando Ribeiro de Mello/Edições Afrodite, 1989b, p. 1031-1046.

CORTESÃO, Jaime. *O Humanismo Universalista dos Portugueses*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.

D'INTINO, Raffaella. A «utopia chinesa» na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*, 1988, Vol. 14, p. 22-31.

D'INTINO, Raffaella. *Enformação das cousas da China – Textos do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

D'INTINO, Raffaella. A «utopia chinesa» de Fernão Mendes Pinto. *Oceanos*, 1991, Vol. 7, p. 67-71.

ÉTIEMBLE, [René]. *L'Europe chinoise*. Paris: Éditions Gallimard, 1989, Vol. 2.

FERNÁNDEZ HERRERO, Beatriz. *La Utopía de América. Teoría. Leyes. Experimentos*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1992.

FORTUNATI, Vita. Introduzione. In TROUSSON, Raymond. *Viaggi in nessun luogo. Storia letteraria del pensiero utopico*. Traduzione di Raffaella Medici. Ravenna: Longo Editore, 1992, p. 5-11.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar – Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

LABORINHO, Ana Paula. China: maravilhoso e utopia nos relatos dos viajantes portugueses quinhentistas. In FALCÃO, Ana Margarida; NASCIMENTO, Maria Teresa; LEAL, Maria Luísa (eds.). *Literatura de viagem – Narrativa, história, mito*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997, p. 169-183.

LESTRINGANT, Frank. Altérités critiques: du bom usage du Turc à la Renaissance. In *D'un Orient l'autre – Les métamorphoses successives des perceptions et connaissances*. Paris: Éditions du CNRS, 1991, Vol. 1, p. 85-105.

LOUREIRO, Rui Manuel. Possibilidades e limitações na interpretação da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. *Studia Romanica et Angelica Zagrabiensia*, 1984-1985, Vol. 29-30, p. 229-250.

LOUREIRO, Rui Manuel (ed.). *Cartas dos Cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992a.

LOUREIRO, Rui Manuel (ed.). *Galiote Pereira – Algumas cousas sabidas da China*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992b.

LOUREIRO, Rui Manuel (ed.). *Um Tratado sobre o Reino da China dos Padres Duarte Sande e Alessandro Valignano (Macau, 1590)*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992c.

LOUREIRO, Rui Manuel (ed.). *O Manuscrito de Lisboa da «Suma Oriental» de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996a.

LOUREIRO, Rui Manuel (ed.). *Em busca das origens de Macau (Antologia documental)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996b.

LOUREIRO, Rui Manuel. A China de Fernão Mendes Pinto, entre a realidade e a imaginação. In SALDANHA, António Vasconcelos de; ALVES, Jorge Manuel dos Santos (eds.). *Estudos*

de História do Relacionamento Luso-Chinês (séculos XVI-XIX). Macau: Instituto Português do Oriente, 1996c, p. 137-177.

LOUREIRO, Rui Manuel (ed.). *Frei Gaspar da Cruz – Tratado das coisas da China*. Lisboa: Edições Cotovia, 1997a.

LOUREIRO, Rui Manuel. Os Portugueses na rota da China (Viagens, comércio e literatura no século de Quinhentos). In *Literatura dos Descobrimentos*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1997b, p. 145-167.

LOUREIRO, Rui Manuel. *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

LOUREIRO, Rui Manuel. *Nas partes da China: colectânea de estudos dispersos*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2009a.

LOUREIRO, Rui Manuel. Notícias da China na literatura ibérica. In LOURIDO, Rui d'Ávila (ed.). *De Portugal à China – Ciclo de Conferências*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009b, p. 121-133.

LOURENÇO, Eduardo. Fernão e os celestes impérios... In PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação & Cartas*. Lisboa: Fernando Ribeiro de Mello/Edições Afrodite, 1989, p. 1047-1062.

MACEDO, Helder. Utopia e sociedade. In CENTENO, Yvette (ed.). *Utopia – Mitos e Formas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 483-486.

MACHADO, Álvaro Manuel. *O mito do Oriente na literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

MALATO, Maria Luísa. Da utopia do espaço à utopia do leitor. *Colóquio Letras*, 2014, nº 186, p. 42-58.

MARTINS, José V. de Pina. Estudo introdutório. Thomas More e a Utopia. In MORUS, Thomas. *Utopia*. Estudo introdutório por José V. de Pina Martins. Edição Fac-similada Basileia, Ioannes Froben, Novembro, 1518. Edição crítica, tradução e notas por Aires A. Nascimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 9-121.

MARTORELL CAMPOS, Francisco Javier. Transformaciones de la Utopía y la Distopía en la Postmodernidad. Aspectos ontológicos, epistemológicos y políticos. [Tese de doutoramento] [Em linha]. València: Facultat de Filosofia y Ciències de l'Educació, Universitat de València, 2015. <<http://roderic.uv.es/handle/10550/43879> > [31 de Março de 2016].

MEDINA, João. Não há Utopias Portuguesas. *Revista de História das Ideias*, 1978-1979, Vol. 2, p. 163-170.

MONIZ, António. A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto na China. *Estudos Orientais*, 1992, vol. 3, p. 269-277.

MONIZ, António. *Para uma leitura da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

MORENTE, José Julián. Introducción. Lo utópico y la utopía. In MORENTE, José Julián (coord.). *Lo utópico y la utopía*. Barcelona: Integral, 1984, p. 13-20.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta* [Tese de doutoramento] [Em linha]. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2003. <<http://www.tdx.cat/handle/10803/4951>> [31 de Março de 2016].

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Ensaio bibliográfico sobre as relações luso-chinesas até à queda da dinastia Ming, c. 1513-1644. *Cronos – Cuadernos Valencianos de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, 2005, Vol. 8, p. 67-94.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Viagem ao trono do mundo. Inquérito sobre as fontes escritas e cartográficas da pretensa peregrinação de Fernão Mendes Pinto através da China em 1542-1544. *Zhongguo Yanjiu. Revista de Estudos Chineses*, 2007, Vol. 1, nº 2, p. 225-264.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Na aba da vestidura: Bibliographical essay on the relations between Portugal and Ming China. *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, 2008a, Vol. 17, p. 21-78.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Geografia e propaganda segundo a *Historia del gran Reyno de la China* de frei Juan González de Mendoza, 1585-1586. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 2008b, Ano VII, n. 13/14, p. 367-392.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro [recensão crítica]. *Anais de História de Além-Mar*, 2012, nº 13, p. 499-509.

OLLÉ, Manel. *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2000.

OLLÉ, Manel. La imagen española de China durante el siglo XVI. In MARTÍNEZ-SHAW, Carlos; ALFONSO MOLA, Marina (eds.). *La ruta española a China*. Madrid: Ediciones El Viso, 2007, p. 81-96.

OLLÉ, Manel. The Jesuit portrayals of China between 1583-1590. *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, 2008, Vol. 16, p. 45-57.

REBELO, Luís de Sousa. A utopia evanescente na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. In CENTENO, Yvette (ed.). *Utopia – Mitos e Formas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 127-138.

SARAIVA, António José. *Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1958.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 11ª edição, corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora, 1979.

SEABRA, José Augusto. Fernão Mendes Pinto e o imaginário da errância. In PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação & Cartas*. Lisboa: Fernando Ribeiro de Mello/Edições Afrodite, 1989, p. 1071-1074.

SEIXO, Maria Alzira. Rotas semânticas e narrativas da *Peregrinação*. In SEIXO, Maria Alzira; ZURBACH, Christine (eds.). *O discurso literário da «Peregrinação» – Aproximações*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999, p. 189-212.

TRIAS FOLCH, Luisa. *La Peregrinación, de Fernão Mendes Pinto*. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

TROUSSON, Raymond. *Viaggi in nessun luogo. Storia letteraria del pensiero utopico*. Traduzione di Raffaella Medici. Ravenna: Longo Editore, 1992.

VILÀ, Lara. Viajes y crónicas de Oriente en el siglo de los descubrimientos. China en el imaginario y en la política europea del quinientos. In VEGA, María José (ed.). *Bernardino de Escalante, Juan González de Mendoza, Fernán Méndez Pinto – Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*. Córdoba: Editorial Almuzara/Fundación Biblioteca de Literatura Universal, 2009, p. XI-LXXXIX.

VILÀ, Lara. La Historia del Gran Reino de la China de Juan González de Mendoza. Hacia un estudio de las crónicas de oriente en la España del Siglo de Oro. *Boletín Hispánico Helvético*, 2013, Vol. 21, p. 71-97.